

SUMÁRIO

PARTE I: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO 1

CONSTITUCIONALISMO.....	37
1. Conceito.....	37
2. Constitucionalismo antigo.....	38
3. Constitucionalismo moderno.....	40
3.1. Reino Unido.....	41
3.2. Estados Unidos.....	42
3.3. França.....	43
3.4. Tabela comparativa entre as principais características dos três modelos de constitucionalismo moderno.....	45
4. Constitucionalismo social.....	46
5. Neoconstitucionalismo ou Constitucionalismo contemporâneo.....	47
6. Constitucionalismo antiliberal.....	49
7. Constitucionalismo abusivo.....	50
8. Constitucionalismo e globalização – Mal-estar da constituição.....	51
9. Patriotismo constitucional.....	55

CAPÍTULO 2

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO 57

1. Conceito de Direito Constitucional.....	57
2. Objeto do Direito Constitucional.....	58
3. Natureza do Direito Constitucional.....	58
4. Conceito de constituição	59
5. Classificação das constituições	61
6. Papel da constituição no ordenamento jurídico.....	68
7. Histórico das constituições brasileiras.....	70
A. Constituição de 1824.....	70
B. Constituição de 1891.....	71
C. Constituição de 1934.....	73
D. Constituição de 1937.....	76
E. Constituição de 1946.....	79
F. Constituição de 1967.....	80
G. Constituição de 1988.....	85

CAPÍTULO 3

PODER CONSTITUINTE 87

1. Conceito.....	87
2. Origem do poder constituinte	87
3. Poder constituinte originário.....	89
A. Introdução	89
B. Titularidade.....	90
C. Natureza jurídica	91
D. Atributos do poder constituinte originário.....	92
D.1. Inicial.....	92
D.2. Ilimitado	92
D.3. Incondicionado	94

D.4. Permanente.....	94
E. “Reforma” da constituição via poder constituinte originário ...	95
4. Poder constituinte derivado	96
A. Introdução	96
B. Poder constituinte derivado reformador.....	97
B.1. Introdução	97
B.2. Poder constituinte derivado reformador na Consti- tuição de 1988	98
I. Revisão constitucional.....	98
II. Emendas constitucionais	102
II.1. Limitações formais	102
II.2. Limitações circunstanciais.....	103
II.3. Limitações materiais.....	104
II.4. Limitações implícitas?	114
C. Poder constituinte derivado decorrente	115
C.1. Poder constituinte derivado decorrente no âmbito dos estados-membros.....	115
C.2. Poder constituinte derivado decorrente no âmbito dos Municípios.....	120
D. Mutação constitucional.....	121
D.1. Conceito	121
D.2. Mecanismos de atuação	123
D.3. Limites.....	124

CAPÍTULO 4

NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 127

1. Introdução	127
2. Texto normativo e norma constitucional	128
3. Características das normas constitucionais	129
4. Normas constitucionais especiais.....	130
A. Preâmbulo.....	131

B.	Disposições constitucionais transitórias	132
5.	Princípios, regras e postulados normativos	134
A.	Introdução	134
B.	Critérios distintivos entre regras e princípios.....	135
B.1.	Critérios quantitativos	136
B.2.	Critérios qualitativos.....	137
C.	Postulados normativos	140
6.	Eficácia das normas constitucionais	141
A.	Ruy Barbosa.....	142
B.	Pontes de Miranda.....	142
C.	José Afonso da Silva	143
7.	Normas constitucionais no tempo	147
A.	Introdução	147
B.	Aspectos gerais da incidência no tempo das normas constitu- cionais.....	147
C.	Relação entre a nova constituição e a ordem constitucional anterior.....	151
D.	Relação entre a nova constituição e a ordem infraconstitu- cional anterior	153

CAPÍTULO 5

HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.. 159

1.	Introdução	159
2.	Método clássico de interpretação	165
A.	Elemento gramatical	165
B.	Elemento histórico	166
C.	Elemento sistemático	166
D.	Elemento teleológico.....	167
3.	Métodos e princípios de interpretação específicos	167
A.	Princípios de interpretação da constituição.....	167

A.1. Princípio da unidade da constituição	168
A.2. Princípio da concordância prática.....	168
A.3. Princípio do efeito integrador.....	169
A.4. Princípio da força normativa da constituição e princípio da máxima efetividade.....	169
A.5. Princípio da justeza	169
A.6. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	170
I. Questão terminológica.....	170
II. Origens.....	170
III. Natureza jurídica.....	172
IV. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	173
V. Proibição de proteção insuficiente	175
B. Métodos de interpretação constitucional	176
B.1. Método tópico-problemático	176
B.2. Método hermenêutico-concretizador	177
B.3. Método científico-espiritual.....	178
B.4. Método normativo-estruturante.....	178

PARTE II: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

CAPÍTULO 1

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	183
1. Introdução	183
2. Formas de Estado	184
3. Estado federal.....	187
A. Características.....	187
B. Tipologia do federalismo.....	188
C. Autonomia dos entes federativos.....	193
4. O Estado federal brasileiro	194
A. Introdução	194

B. Técnicas de repartição de competências.....	197
C. Entes federativos brasileiros.....	199
C.1. União Federal.....	199
I. Bens da União.....	199
II. Competências.....	201
C.2. Estados-membros.....	222
I. Formação dos Estados-membros.....	222
II. Bens dos Estados-membros.....	224
III. Competências.....	225
IV. Regiões metropolitanas.....	225
C.3. Municípios.....	227
I. Posição do município na federação.....	228
II. Formação dos municípios.....	229
III. Bens dos municípios.....	231
IV. Competência.....	231
C.4. Distrito Federal.....	234
I. Criação.....	234
II. Natureza jurídica.....	234
III. Autonomia.....	235
IV. Competências.....	236
V. Demais peculiaridades.....	236
C.5. Territórios Federais.....	237
D. Federação e a pandemia da COVID-19.....	238
E. Intervenção.....	246
E.1. Noções gerais.....	246
E.2. Intervenção federal.....	246
E.3. Intervenção estadual nos municípios.....	253

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 257

1. Introdução.....	257
--------------------	-----

A.	Separação dos Poderes.....	257
B.	Independência e harmonia.....	260
C.	Funções típicas e funções atípicas	262
2.	Poder Legislativo	264
A.	Funções	264
B.	Estrutura	264
B.1.	Estrutura do Poder Legislativo federal	264
B.2.	Estrutura do Poder Legislativo estadual.....	267
B.3.	Estrutura do Poder Legislativo municipal.....	267
C.	Atribuições	269
C.1.	Congresso Nacional.....	269
C.2.	Câmara dos Deputados.....	272
C.3.	Senado Federal.....	273
D.	Funcionamento	275
D.1.	Reuniões.....	275
D.2.	Comissões parlamentares	279
I.	Comissões temáticas	280
II.	Comissão representativa do Congresso Nacional ...	281
III.	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	281
E.	Remuneração dos Parlamentares	294
F.	Estatuto dos Parlamentares	296
F.1.	Imunidades parlamentares	296
I.	Regras gerais.....	296
II.	Imunidade material.....	298
III.	Imunidades Formais.....	302
IV.	Foro por prerrogativa de função.....	306
V.	Outras garantias	314
VI.	Imunidades e parlamentares estaduais, distritais e municipais.....	314
F.2.	Incompatibilidades e impedimentos.....	316
F.3.	Perda do mandato.....	318
I.	Visão geral	318

II.	Perda do mandato por quebra do decoro parlamentar	319
III.	Perda do mandato em razão de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	321
IV.	Renúncia do cargo	323
V.	Controle judicial do processo de cassação	323
VI.	Hipóteses em que o parlamentar não perde o mandato parlamentar.....	324
G.	Processo legislativo.....	325
G.1.	Introdução	325
G.2.	Leis ordinárias e leis complementares	326
I.	Fase introdutória.....	326
I.1.	Regra geral	327
I.2.	Iniciativa privativa	327
I.3.	Iniciativa popular	334
I.4.	Iniciativa conjunta	337
I.5.	Formalização da iniciativa	338
II.	Fase constitutiva.....	339
II.1.	Deliberação parlamentar	339
II.2.	Emendas parlamentares	344
II.3.	Regime de urgência constitucional.....	348
II.4.	Deliberação executiva.....	349
III.	Fase complementar.....	355
G.3.	Processos legislativos especiais	357
I.	Emendas à constituição.....	357
I.1.	Introdução	357
I.2.	Limitações formais	358
II.	Leis delegadas.....	365
III.	Medidas provisórias	368
III.1.	Introdução.....	368
III.2.	Natureza jurídica.....	369
III.3.	Elaboração das medidas provisórias.....	369
III.4.	Lei de conversão.....	376

III.5. Medidas provisórias nos Estados-membros e nos Municípios?	384
IV. Decretos legislativos	384
V. Resoluções	385
H. Função fiscalizatória	386
H.1. Introdução	386
H.2. Tribunal de Contas	388
I. Origem, definição e natureza jurídica.....	388
II. Composição.....	389
III. Competências.....	391
IV. Tribunais de contas estaduais e municipais.....	399
V. Ministério Público Especial.....	403
3. Poder Executivo	405
A. Funções	405
B. Sistemas de governo	406
C. Estrutura do Poder Executivo federal.....	409
C.1. Presidente da República.....	409
I. Eleição, posse e mandato	409
II. Substituição e sucessão do Presidente da República..	411
III. Atribuições do Presidente da República	413
C.2. Vice-Presidente da República	418
C.3. Ministros de Estado.....	419
C.4. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional...	420
D. Estrutura do Poder Executivo estadual	422
E. Estrutura do Poder Executivo municipal.....	422
F. Responsabilidade do Presidente da República	423
F.1. Infrações penais comuns	423
F.2. Crimes de responsabilidade	425
I. Conceito.....	425
II. Processo de <i>impeachment</i>	427
II.1. Introdução	427
II.2. Câmara dos Deputados.....	428

II.3. Senado Federal	429
II.4. Sanções	432
II.5. Controle jurisdicional	432
G. Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.....	432
G.1. Governadores dos Estados-membros	432
G.2. Prefeitos Municipais.....	437
4. Poder Judiciário	438
A. Funções	438
B. Garantias do Poder Judiciário.....	438
B.1. Garantias institucionais	438
B.2. Garantias funcionais.....	441
C. Estrutura	443
C.1. Visão geral	443
C.2. Supremo Tribunal Federal.....	445
I. Posição e composição.....	445
II. Competência	446
III. Súmula vinculante	450
C.3. Superior Tribunal de Justiça.....	452
I. Posição e composição.....	452
II. Competência	453
C.4. Justiça Federal	455
I. Composição.....	455
II. Competência	456
C.5. Justiça do Trabalho	459
I. Composição.....	459
II. Competência	461
C.6. Justiça Eleitoral	463
I. Composição.....	463
II. Competência	464
C.7. Justiça Militar da União	465
I. Composição.....	465

II. Competência	466
C.8. Tribunais e Juizes dos Estados	466
I. Composição.....	466
II. Competência	467
III. Justiça militar dos Estados.....	467
D. Quinto constitucional	468
E. Estatuto da magistratura.....	469
F. Conselho Nacional de Justiça.....	476
F.1. Natureza e papel.....	476
F.2. Composição.....	476
F.3. Competências.....	478
G. Precatórios	483
G.1. Introdução.....	483
G.2. Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	484
G.3. Regimes de pagamento de precatórios.....	486
G.4. Procedimento	486
5. Funções essenciais à Justiça.....	488
A. Introdução	488
B. Ministério Público.....	488
B.1. Definição.....	488
B.2. Princípios institucionais	489
B.3. Garantias.....	490
B.4. Estrutura	494
B.5. Investidura.....	496
B.6. Atribuições.....	496
B.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	499
I. Composição.....	499
II. Atribuições.....	500
C. Advocacia pública.....	502
C.1. Introdução	502
C.2. Advocacia-Geral da União	503
C.3. Procuradorias estaduais e do Distrito Federal.....	504

D. Advocacia	507
E. Defensoria Pública	508
E.1. Posição e papel da Defensoria Pública.....	508
E.2. Organização e estrutura.....	509
E.3. Garantias funcionais.....	510
E.4. Autonomia	511
E.5. Princípios institucionais	512

CAPÍTULO 3

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 515

1. Sistema constitucional das crises.....	515
A. Estado de defesa.....	516
B. Estado de sítio	518
2. Forças armadas	521
A. Conceito.....	521
B. Posição e organização	521
C. Funções	521
D. Estatuto dos militares.....	523
E. Serviço militar obrigatório	525
3. Segurança pública.....	526

PARTE III: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 533

1. Conceito.....	533
2. Pressupostos do controle de constitucionalidade	534

3. Antecedentes históricos do controle de constitucionalidade	535
4. Sistemas norte-americano e austríaco de controle de constitucionalidade.....	536
5. Bloco de constitucionalidade	538

CAPÍTULO 2

A INCONSTITUCIONALIDADE.....	541
1. Conceito e efeitos.....	541
2. Espécies de inconstitucionalidade.....	544
A. Formal e material.....	544
B. Por ação e por omissão	545
C. Total e parcial	547
D. Originária e superveniente.....	548
3. Estado de coisas inconstitucional.....	551

CAPÍTULO 3

MODALIDADES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	553
1. Considerações iniciais.....	553
2. Controle político e controle judicial	553
3. Controle preventivo e repressivo.....	554
4. Controle difuso e concentrado	558
5. Controle principal e incidental.....	559

CAPÍTULO 4

SISTEMA BRASILEIRO.....	561
1. Histórico	561
2. Constituição Federal de 1988.....	563

CAPÍTULO 5

CONTROLE DIFUSO-INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE..... 565

1. Introdução	565
2. Forma de provocação.....	566
3. Competência	569
4. Procedimento.....	570
5. Efeitos.....	574
A. Suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (artigo 52, inciso X, da CF/88).....	576
B. Abstrativização do controle difuso-incidental.....	580

CAPÍTULO 6

CONTROLE CONCENTRADO-PRINCIPAL DE CONSTITUCIONALIDADE..... 589

1. Introdução	589
2. Forma de provocação	591
3. Ação direta de inconstitucionalidade – ADI	592
A. Conceito e fundamento legal	592
B. Competência	593
C. Parâmetro de controle.....	595
D. Objeto de controle.....	597
E. Legitimidade.....	610
F. Processo e julgamento.....	616
F.1. Procedimento.....	616
F.2. Medida cautelar.....	621
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	624
F.4. Julgamento.....	628
G. Decisão e seus efeitos	629

G.1. Efeitos <i>erga omnes</i>	629
G.2. Efeitos vinculantes.....	630
G.3. Efeitos retroativos (<i>ex tunc</i>).....	635
G.4. Efeitos repristinatórios.....	636
G.5. Modulação dos efeitos.....	637
H. Técnicas especiais de julgamento: as decisões intermediárias..	639
H.1. Interpretação conforme a Constituição.....	640
H.2. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto	641
H.3. Apelo ao legislador	643
H.4. Declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade	644
H.5. Decisões manipulativas.....	645
I. Prescritibilidade?	650
J. Reclamação.....	651
4. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC.....	651
A. Conceito e fundamento legal	651
B. Competência	652
C. Parâmetro de controle.....	653
D. Objeto de controle	653
E. Legitimidade.....	654
F. Processo e julgamento.....	655
F.1. Procedimento	655
F.2. Medida cautelar.....	656
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	658
F.4. Julgamento.....	659
G. Decisão e seus efeitos	659
5. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão – ADO	659
A. Conceito e fundamento legal	659
B. Competência	660
C. Parâmetro de controle.....	660
D. Objeto de controle	662
E. Legitimidade.....	664

F.	Processo e julgamento.....	665
F.1.	Procedimento.....	665
F.2.	Medida cautelar.....	666
F.3.	<i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	667
F.4.	Julgamento.....	667
G.	Decisão e seus efeitos	668
H.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção.....	669
6.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF....	670
A.	Conceito e fundamento legal	670
B.	Espécies	671
C.	Competência	672
D.	Cabimento	672
D.1.	Parâmetro de controle: descumprimento de preceito fundamental	672
D.2.	Objeto de controle	674
D.3.	Princípio da subsidiariedade.....	680
E.	Legitimidade.....	682
F.	Processo e julgamento.....	682
F.1.	Procedimento.....	682
F.2.	Medida liminar	683
F.3.	<i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	684
F.4.	Julgamento.....	685
G.	Decisão e seus efeitos	685
7.	Ação direta interventiva (representação interventiva).....	686
A.	Conceito e fundamento legal	686
B.	Competência	687
C.	Parâmetro de controle.....	688
D.	Objeto de controle.....	688
E.	Legitimidade.....	688
F.	Processo e julgamento.....	690
F.1.	Procedimento.....	690

F.2. Medida liminar	691
F.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	691
F.4. Julgamento.....	692
G. Decisão e seus efeitos	693
H. Ação direta interventiva estadual	694

CAPÍTULO 7

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS 695

1. Controle difuso-incidental de constitucionalidade nos Estados-membros	695
2. Controle concentrado-principal de constitucionalidade nos Estados-membros.....	696
A. Introdução	696
B. Competência	697
C. Parâmetro	697
D. Objeto.....	699
E. Legitimidade	699
F. Ações possíveis em âmbito estadual.....	700
G. Recurso extraordinário	702
H. Simultaneidade de ações.....	704

PARTE IV: DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 1

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 707

1. Conceito.....	707
A. “Titularizados pelas pessoas”	707
B. “Frente ao Estado”: a questão da eficácia horizontal	711

C. “Positivados nas Constituições”	713
D. “Concretizar uma vida digna, livre e igual”	715
2. Institutos afins.....	716
A. Direitos naturais	716
B. Direitos humanos	717
C. Garantias fundamentais.....	717
D. Direitos da personalidade.....	718
E. Direitos públicos subjetivos	719
3. Histórico	719
4. Evolução e dimensões dos direitos fundamentais.....	721
5. Características.....	723
6. Classificação dos direitos fundamentais.....	726
A. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek.....	726
B. Direitos de defesa, direitos a prestações e direitos de participação	727
B.1. Direitos de defesa.....	727
B.2. Direitos a prestações.....	727
B.3. Direitos de participação	728
7. Aplicabilidade das normas de direitos fundamentais.....	728
8. Dimensão subjetiva e dimensão objetiva	731
9. Âmbito de proteção, restrições e conteúdo essencial dos direitos fundamentais.....	733
A. Suporte fático	733
B. Restrições aos direitos fundamentais.....	736
C. Limite dos limites: conteúdo essencial dos direitos fundamentais.....	738
D. Casos especiais de restrição.....	741
10. Deveres fundamentais	742

CAPÍTULO 2

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE.. 745

1. Direitos fundamentais individuais.....	745
A. Introdução.....	745
B. Direito à vida.....	746
B.1. Aspectos gerais.....	746
B.2. Âmbito de proteção.....	748
B.3. Relatividade do direito à vida.....	749
B.4. Questões controvertidas.....	750
I. Aborto.....	750
II. Eutanásia.....	755
III. Células-tronco embrionárias.....	758
C. Direito à liberdade.....	759
C.1. Aspectos gerais.....	759
C.2. Liberdade de locomoção.....	760
C.3. Liberdade de manifestação do pensamento (liberdade de expressão).....	761
I. Aspectos gerais.....	761
II. Discurso de ódio (<i>hate speech</i>).....	763
III. Marcha da maconha.....	764
IV. Trucagem e sátiras políticas.....	765
V. Tatuagem e concursos públicos.....	766
VI. Caso Gerald Thomas.....	767
VII. Dossiê contra servidores do grupo “antifascista”	767
VIII. Especial de Natal do “Porta dos Fundos”.....	768
IX. Restrição à comercialização de testes psicológicos	770
X. Caso Aída Curi – direito ao esquecimento.....	770
XI. Restrições à publicidade comercial de fumígenos...	771
C.4. Liberdade de consciência e religiosa.....	772
I. Aspectos gerais.....	772
II. Obrigatoriedade da expressão “sob a proteção de Deus” no preâmbulo das Constituições estaduais...	775

III. Ensino religioso nas escolas	776
IV. Provas de concurso público e dias de guarda.....	777
V. Proselitismo religioso em rádios comunitárias.....	780
VI. Discurso de ódio e liberdade religiosa.....	780
VII. Sacrifícios de animais em rituais religiosos.....	782
VIII. Vacinação obrigatória.....	783
IX. Medidas de contenção à transmissão do novo coronavírus e proibição temporária de atividades religiosas em ambiente presencial	784
X. Manutenção de Bíblias em escolas públicas e bi- bliotecas.....	784
C.5. Liberdades de informação e de imprensa.....	785
I. Aspectos gerais.....	785
II. Biografia não autorizada.....	787
III. Diploma para jornalismo.....	787
IV. Não recepção da lei da imprensa	788
V. Programação de televisão e classificação indicativa	788
VI. Entrevista com Adélio Bispo	789
VII. Pandemia de COVID-19 e acesso à informação	791
C.6. Liberdade de reunião e de associação	792
C.7. Liberdade profissional.....	795
D. Direito à privacidade.....	797
D.1. Aspectos gerais.....	797
D.2. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	798
D.3. Sigilo de comunicação privada e dados	800
D.4. Inviolabilidade do domicílio	805
E. Direito à igualdade	808
E.1. Aspectos gerais.....	808
E.2. Ações afirmativas	811
E.3. Lei Maria da Penha.....	813
E.4. Reserva de vagas para alunos de escolas públicas do mesmo ente federativo	813
E.5. Critérios diferenciados entre homens e mulheres para a concessão de pensão por morte.....	813

F.	Direito à propriedade.....	814
F.1.	Aspectos gerais.....	814
F.2.	Desdobramentos constitucionais do direito de propriedade	816
I.	Desapropriação	816
II.	Requisição.....	817
III.	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural....	818
IV.	Direitos autorais.....	819
V.	Propriedade de inventos, patentes e marcas.....	820
VI.	Direito de herança	821
2.	Garantias fundamentais.....	821
A.	Segurança jurídica	821
A.1.	Princípio da legalidade.....	823
A.2.	Princípio da irretroatividade das leis	824
B.	Garantias penais.....	831
B.1.	Garantias relativas às normas penais	831
I.	Princípio da legalidade penal	831
II.	Princípio da irretroatividade da lei penal.....	832
III.	Mandados de criminalização	833
B.2.	Garantias relativas às penas.....	835
I.	Princípio da intranscendência da pena.....	835
II.	Princípio da individualização da pena.....	836
III.	Princípio da humanidade	837
IV.	Limitações à extradição	838
B.3.	Garantias relativas à prisão.....	839
C.	Garantias constitucionais processuais	840
C.1.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição	841
C.2.	Princípio do juiz natural	842
C.3.	Tribunal do júri.....	842
C.4.	Devido processo legal.....	844
C.5.	Princípios do contraditório e da ampla defesa	845
C.6.	Inadmissibilidade da utilização de provas ilícitas	846

C.7. Presunção de não culpabilidade	847
C.8. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	851
C.9. Assistência judiciária.....	853
C.10. Princípio da razoável duração do processo.....	853
D. Remédios constitucionais.....	854
D.1. Aspectos gerais.....	854
D.2. <i>Habeas corpus</i>	855
I. Aspectos gerais.....	855
II. Hipóteses de cabimento	856
III. Legitimidade.....	861
IV. Competência	863
V. Procedimento	865
D.3. <i>Habeas data</i>	867
I. Aspectos gerais.....	867
II. Hipóteses de cabimento	867
III. Legitimidade.....	869
IV. Competência	870
V. Procedimento	871
D.4. Mandado de segurança	872
I. Introdução	872
II. Histórico	873
III. Hipóteses de cabimento	873
IV. Espécies de mandado de segurança.....	880
V. Legitimidade.....	881
VI. Competência	885
VII. Algumas observações procedimentais.....	886
D.5. Mandado de injunção	888
I. Aspectos gerais.....	888
II. Hipóteses de cabimento	889
III. Legitimidade.....	890
IV. Competência	892
V. Procedimento	893
VI. Decisão e efeitos.....	894

VII. Mandado de injunção coletivo.....	898
D.6. Ação popular	898
I. Aspectos gerais.....	898
II. Requisitos.....	899
III. Legitimidade.....	900
IV. Competência	901
D.7. Direito de petição	901

CAPÍTULO 3

DIREITOS SOCIAIS	903
1. Introdução	903
2. Aplicabilidade das normas que veiculam direitos sociais	904
A. Introdução ao tema	904
B. Argumentos doutrinários.....	906
B.1. Argumentos favoráveis ao reconhecimento de uma menor densidade normativa	906
B.2. Argumentos favoráveis ao reconhecimento de uma maior densidade normativa	912
C. Conclusões doutrinárias.....	915
D. A jurisprudência dos Tribunais Superiores.....	917
3. Princípio da vedação do retrocesso.....	920
4. Direitos sociais em espécie.....	923
A. Direito à seguridade social	923
A.1. Direito à saúde	924
A.2. Direito à previdência social.....	935
A.3. Direito à assistência social.....	936
I. Benefício de prestação continuada (BPC).....	936
II. Renda básica familiar	940
III. Outros benefícios assistenciais.....	940
B. Direito à educação	941
C. Direito à cultura.....	949

D. Direito à alimentação.....	951
E. Direito à moradia.....	952
F. Direitos dos trabalhadores	954

CAPÍTULO 4

DIREITO À NACIONALIDADE..... 961

1. Conceito.....	961
2. Natureza jurídica	962
3. Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição.....	963
4. Conflitos de nacionalidade: apatridia e polipatridia.....	965
5. O caso brasileiro	966
A. Brasileiros natos.....	966
B. Brasileiros naturalizados.....	969
C. Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados.....	972
D. Perda da nacionalidade.....	974
E. Reaquisição da nacionalidade.....	976
F. Situação jurídica do estrangeiro	978

CAPÍTULO 5

DIREITOS POLÍTICOS..... 983

1. Conceito.....	983
2. Natureza jurídica	984
3. Aquisição da cidadania.....	984
4. Direitos políticos positivos.....	986
A. Capacidade eleitoral ativa.....	989
B. Capacidade eleitoral passiva.....	992
C. Plebiscito, referendo e iniciativa popular	994
D. Ação popular	996
E. Partidos políticos	996

5.	Direitos políticos negativos.....	1001
A.	Inelegibilidades.....	1001
A.1.	Introdução.....	1001
A.2.	Inelegibilidades constitucionais.....	1002
A.3.	Inelegibilidades infraconstitucionais.....	1004
B.	Perda e suspensão dos direitos políticos.....	1005
B.1.	Perda dos direitos políticos.....	1006
B.2.	Suspensão dos direitos políticos.....	1007
C.	Reaquisição dos direitos políticos.....	1009
6.	Princípio da anterioridade eleitoral.....	1010

BIBLIOGRAFIA.....	1011
--------------------------	-------------